

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	36
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.846.929
Preferenciais	2.375.293
Total	5.222.222
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	166.014	151.971	161.753
1.01	Ativo Circulante	68.662	63.715	47.268
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.228	13.544	10.909
1.01.03	Contas a Receber	25.932	22.723	20.162
1.01.03.01	Clientes	25.932	22.723	20.162
1.01.04	Estoques	12.178	16.454	15.435
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.307	10.457	379
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.307	10.457	379
1.01.07	Despesas Antecipadas	196	177	149
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	821	360	234
1.01.08.03	Outros	821	360	234
1.02	Ativo Não Circulante	97.352	88.256	114.485
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.005	482	27.102
1.02.01.07	Tributos Diferidos	8.712	210	8.078
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.712	210	8.078
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	293	272	19.024
1.02.01.10.03	Outros ativos não circulantes	252	140	174
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	41	132	18.850
1.02.03	Imobilizado	88.312	87.735	87.337
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	85.950	86.845	85.850
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.362	890	1.487
1.02.04	Intangível	35	39	46
1.02.04.01	Intangíveis	35	39	46
1.02.04.01.02	Softwares	35	39	46

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	166.014	151.971	161.753
2.01	Passivo Circulante	57.305	52.629	59.949
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.827	6.875	4.537
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.516	1.326	1.246
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.311	5.549	3.291
2.01.02	Fornecedores	31.340	30.096	44.449
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31.340	30.096	44.449
2.01.02.01.01	Materiais e serviços	30.905	28.799	36.740
2.01.02.01.02	Fornecedores risco sacado	732	1.634	7.867
2.01.02.01.03	Ajuste a valor presente - AVP	-297	-337	-158
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.064	1.721	4.783
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.098	1.546	1.804
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	657	152	0
2.01.03.01.02	Outras Federais	2.441	1.394	1.804
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	958	168	2.956
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8	7	23
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.847	4.176	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.847	4.176	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.847	4.176	0
2.01.05	Outras Obrigações	7.797	8.944	4.906
2.01.05.02	Outros	7.797	8.944	4.906
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.127	6.049	2.102
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	3.670	2.895	2.804
2.01.06	Provisões	1.430	817	1.274
2.01.06.02	Outras Provisões	1.430	817	1.274
2.01.06.02.05	Provisão a pagar de arrendamento mercantil	1.430	817	1.274
2.02	Passivo Não Circulante	3.690	7.934	2.974
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	5.833	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	5.833	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	5.833	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.225	1.657	2.107
2.02.02.02	Outros	1.225	1.657	2.107
2.02.02.02.04	Outras Federais	0	546	1.100
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas	1.225	1.111	1.007
2.02.04	Provisões	2.465	444	867
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.495	340	581
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.480	326	569
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	15	14	12
2.02.04.02	Outras Provisões	970	104	286
2.02.04.02.05	Arrendamentos a pagar	970	104	286
2.03	Patrimônio Líquido	105.019	91.408	98.830
2.03.01	Capital Social Realizado	44.471	44.471	44.471
2.03.04	Reservas de Lucros	60.548	46.937	54.359
2.03.04.01	Reserva Legal	6.053	5.170	5.170
2.03.04.02	Reserva Estatutária	53.961	41.767	25.179
2.03.04.10	Reserva de Subvenção para Investimentos	534	0	24.010

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	222.380	192.037	175.281
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-170.910	-149.221	-142.053
3.03	Resultado Bruto	51.470	42.816	33.228
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.048	-34.823	-30.944
3.04.01	Despesas com Vendas	-36.453	-31.413	-27.328
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.555	-3.587	-5.358
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	283	211	1.773
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-323	-34	-31
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.422	7.993	2.284
3.06	Resultado Financeiro	358	-39	1.663
3.06.01	Receitas Financeiras	5.554	4.623	3.025
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.196	-4.662	-1.362
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.780	7.954	3.947
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.895	-9.374	3.045
3.08.01	Corrente	-2.607	-1.506	0
3.08.02	Diferido	8.502	-7.868	3.045
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.675	-1.420	6.992
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.675	-1.420	6.992
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,2375	-0,2601	1,2807
3.99.01.02	PN	3,5612	-0,2861	1,4088
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,2375	-0,2601	1,2807
3.99.02.02	PN	3,5612	-0,2861	1,4088

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	17.675	-1.420	6.992
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.675	-1.420	6.992

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.964	559	22.755
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.201	14.270	6.379
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	17.675	-1.420	6.992
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.764	5.052	4.820
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente	-5.895	9.374	-3.045
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para riscos processuais	2.462	930	842
6.01.01.05	Resultado na venda de imobilizado e baixas	2	0	0
6.01.01.06	Resultado financeiro líquido	-358	39	-1.663
6.01.01.08	Constituição de provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	157	106	107
6.01.01.11	Provisão de ajustes para valor realizável líquido dos estoques	394	189	-164
6.01.01.12	Impactos débitos (créditos) tributários extemporâneos	0	0	-1.510
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.928	-9.885	16.936
6.01.02.01	Contas a receber	246	610	3.151
6.01.02.02	Estoques	3.881	-1.611	166
6.01.02.03	Impostos a recuperar	9.725	9.613	3.611
6.01.02.04	Fornecedores e fornecedores risco sacado	-2.008	-17.247	11.682
6.01.02.10	Outros ativos circulantes e não circulantes	-573	-122	87
6.01.02.11	Outros passivos circulantes e não circulantes	1.657	-1.128	-1.761
6.01.03	Outros	-3.165	-3.826	-560
6.01.03.01	Juros pagos	-1.614	-1.539	-140
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.584	-1.354	-91
6.01.03.03	Juros recebidos	1.479	247	396
6.01.03.04	Pagamento de contingências	-1.446	-1.180	-725
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.380	-4.012	-29.462
6.02.01	Adições no ativo imobilizado	-3.559	-4.039	-29.586
6.02.03	Baixa de ativo imobilizado	179	27	124
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.900	6.088	-7.589
6.03.01	Empréstimos e financiamentos captados	0	20.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-4.167	-10.000	0
6.03.03	Dividendos pagos	-5.986	-2.055	-4.932
6.03.04	Pagamentos de arrendamento mercantil	-1.747	-1.857	-2.657
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.684	2.635	-14.296
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.544	10.909	25.205
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.228	13.544	10.909

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.471	0	46.937	0	0	91.408
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.471	0	46.937	0	0	91.408
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-4.064	0	-4.064
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-4.064	0	-4.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.675	0	17.675
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.675	0	17.675
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.611	-13.611	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	13.611	-13.611	0	0
5.07	Saldos Finais	44.471	0	60.548	0	0	105.019

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.471	0	54.359	0	0	98.830
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.471	0	54.359	0	0	98.830
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.002	0	0	-6.002
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.002	0	0	-6.002
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.420	0	-1.420
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.420	0	1.420
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	1.420	0	1.420
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.420	0	0	-1.420
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.420	0	0	-1.420
5.07	Saldos Finais	44.471	0	46.937	0	0	91.408

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	30.000	14.471	47.367	0	0	91.838
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	30.000	14.471	47.367	0	0	91.838
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.992	0	6.992
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.992	0	6.992
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	14.471	-14.471	6.992	-6.992	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-14.471	6.992	-6.992	0	-14.471
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	14.471	0	0	0	0	14.471
5.07	Saldos Finais	44.471	0	54.359	0	0	98.830

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	271.395	238.354	219.590
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	271.178	237.573	219.527
7.01.02	Outras Receitas	374	887	170
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-157	-106	-107
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-164.806	-141.470	-134.240
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-107.289	-88.899	-91.100
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-57.517	-52.571	-43.140
7.03	Valor Adicionado Bruto	106.589	96.884	85.350
7.04	Retenções	-5.764	-5.052	-4.820
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.764	-5.052	-4.820
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	100.825	91.832	80.530
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.554	4.623	3.025
7.06.02	Receitas Financeiras	5.554	4.623	3.025
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	106.379	96.455	83.555
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	106.379	96.455	83.555
7.08.01	Pessoal	33.962	33.435	32.220
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.462	25.546	25.899
7.08.01.02	Benefícios	5.653	6.262	4.487
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.847	1.627	1.834
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42.875	55.012	39.466
7.08.02.01	Federais	18.239	30.069	13.827
7.08.02.02	Estaduais	24.630	24.800	25.560
7.08.02.03	Municipais	6	143	79
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.867	9.428	4.877
7.08.03.01	Juros	5.108	4.565	1.456
7.08.03.02	Aluguéis	585	718	240
7.08.03.03	Outras	6.174	4.145	3.181
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.675	-1.420	6.992

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.675	-1.420	6.992

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Finalizamos o ano de 2023 com resultados consistentes e uma evolução expressiva na nossa operação. O forte engajamento da liderança e dos mais de 600 colaboradores da empresa, combinado a uma gestão focada na excelência operacional, nos levaram à alcançar o maior faturamento da nossa história.

Em linha com o nosso direcionamento estratégico, nossa marca ganhou mais penetração nos lares, assim como tem aumentado a recompra por partes dos consumidores. Isso tudo, aliado ao foco em desenvolver relações estratégicas com clientes chave, permitiu importantes ganhos de participação de mercado. Assim, nosso volume acelerou 14,4%, enquanto nossa receita líquida foi 15,8% superior ao ano passado.

Resultado	2023	2022
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	222.380	192.037
Vendas (tons)	22.237	19.445
Preço médio	10,00	9,88
Lucro líquido (R\$ mil)	17.675	(1.420)
(-) Resultado financeiro líquido	(358)	39
(-) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	(5.895)	9.374
(-) Depreciação e amortização	5.764	5.052
(=) Ebitda (R\$ mil)	17.186	13.045
Margem Líquida (lucro líquido sobre ROL)	7,9%	(0,7)%
Margem Ebitda (Ebitda sobre ROL)	7,7%	6,8%

Em relação a custos, mantivemos nossa gestão eficiente, adquirindo matérias-primas no mercado spot a custos competitivos e ampliando parcerias com fornecedores. Na indústria, conseguimos capturar ganhos em eficiência nas linhas de maior volume, através de melhorias de processos e redução de set ups. Com isso, atingimos um EBITDA de R\$ 17,2 milhões, 32% superior a 2022. A margem ficou em 7,7%.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os nossos colaboradores e parceiros de negócio pelo que conquistamos em 2023, sabendo que, sem o engajamento de todos, nada disso seria possível. Conto muito com o empenho e dedicação de todos e estou totalmente engajado para que sigamos com a nossa missão, e garantindo na mesa do nosso consumidor produtos de qualidade com um preço acessível.

Santa Cruz do Sul, 25 de março de 2024.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente - Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor Administrativo e Financeiro - Flavio Gomes Malnarcic
Diretor de Relações com Investidores - Guilherme Perboyre Cavalcanti

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia") controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela Seara Alimentos Ltda., localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes. É líder nacional na produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o estado do Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

A aprovação destas demonstrações contábeis pela diretoria ocorreu em 25 de março de 2024.

2 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A elaboração das demonstrações contábeis exige que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos e passivos. Os julgamentos também impactam o valor contábil durante o exercício corrente de determinadas receitas e despesas. Esses julgamentos incluem reconhecimento de receita, reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos e mensuração e reconhecimento de provisões e contingências. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Companhia.

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

b. Transações e saldos em moeda diferente da moeda funcional

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do exercício, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas com pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não concede benefícios de longo prazo, tais como: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iv) remuneração baseada em ações.

d. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevantes, os ativos e passivos monetários são ajustados ao seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo:

- I. o montante a ser descontado;
- II. as datas de realização e liquidação; e
- III. a taxa de desconto.

e. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações fornecem esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, de forma à aplicação correta da norma. A Companhia não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

IAS 12 / CPC 32 - Tributos sobre o lucro

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação: A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações buscam limitar a abrangência do escopo da Isenção de Reconhecimento Inicial ("IRI") de modo que a IRI não seja mais aplicável às transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Assim, um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido deverão ser reconhecidos para as diferenças temporárias geradas no momento do reconhecimento inicial de um arrendamento ou uma provisão de passivo para desmontagem e remoção dos equipamentos arrendados. A Companhia não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

IAS 1 / CPC 26 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis. A Companhia não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

Notas Explicativas

f. Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que serão adotados pela Companhia

IAS 1 / CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações aos IAS 1 e o aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não identificou, até o momento, impactos significativos em decorrência dessa alteração.

IAS 1/CPC 26 e IFRS 7/CPC 40 – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”)

A partir de 1 de janeiro de 2024, as alterações visam aumentar a transparência e a comparabilidades das informações financeiras nas operações de risco sacado que consistem no financiamento de fornecedores por meio de instituição financeira. As empresas deverão informar os termos e condições das operações com fornecedores, a exposição ao risco sacado no fluxo de caixa do balanço e os fatores que afetam o risco de liquidez relacionado a essa operação.

IFRS 16/CPC 06 – Arrendamentos

Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. Essa norma não é aplicável à Companhia.

IAS 21/CPC 02 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Moeda não passível de conversão: De acordo com as alterações, as empresas terão de fornecer novas divulgações para ajudar os usuários a avaliar o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações contábeis. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025. Essa norma não é aplicável à Companhia.

2.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis exige que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Administração.

Julgamentos: Informações sobre os julgamentos efetuados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos mais significativos nas quantias reconhecidas nestas demonstrações contábeis é incluída nas seguintes notas:

- a. Receita líquida - transferência de controle (nota 19);
- b. Imposto de renda corrente e diferido - posições fiscais incertas (nota 8).

Premissas e incertezas de estimativas: Informações sobre as premissas e incertezas de estimativas na data de encerramento das demonstrações contábeis que têm um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas:

- a. Reconhecimento de impostos diferidos ativos e principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade (nota 8);
- b. *Impairment* de ativos financeiros (nota 5);
- c. Principais premissas utilizadas na elaboração das estimativas de riscos processuais (nota 17);
- d. Instrumentos financeiros (nota 24).

A Companhia revisa tempestivamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e os investimentos de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor justo. O valor contábil desses ativos se aproxima de seus valores justos. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são apresentados a seguir:

	2023	2022
Caixa e bancos	10.086	13.544
CDB ⁽¹⁾	18.142	—
	28.228	13.544

⁽¹⁾ Os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são mantidos com instituições financeiras especializadas e rendem juros de 103% da taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

4 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, deduzidas de eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. O *aging* do contas a receber assim como a provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes e o ajuste a valor presente (AVP) são apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	2023	2022
Duplicatas a vencer	24.792	22.517
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.447	402
De 31 a 60 dias	52	40
De 61 a 90 dias	30	45
Acima de 90 dias	447	445
Total duplicatas vencidas	1.976	932
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	(702)	(545)
Ajuste a valor presente - AVP ⁽¹⁾	(134)	(181)
	25.932	22.723

⁽¹⁾ A taxa de desconto mensal média utilizada para cálculo do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2023 foi de 1,29% (em 31 de dezembro de 2022 a taxa média mensal de desconto foi de 1,42%).

No âmbito do contas a receber de clientes, a diversidade da carteira de clientes contribui significativamente para a redução do risco de crédito, porém, foram estabelecidos parâmetros que limitam a quantidade de crédito concedida aos clientes com base nos índices financeiros mínimos exigidos e análise das operações dos clientes, que incluem referências as entidades de monitoramento de crédito e histórico do cliente.

As perdas esperadas são estimadas com base em análises históricas e também em relação à situação atual dos clientes. Uma provisão é registrada para créditos antigos e vencidos, considerando a probabilidade de perda com base na experiência histórica. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD), bem como suas reversões, são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Despesas com vendas". A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	(545)	(439)
Adições	(157)	(106)
Saldo final	(702)	(545)

5 Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. No caso dos produtos acabados, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal.

	2023	2022
Mercadorias e produtos acabados	5.965	8.523
Matéria-prima	1.776	1.754
Almoxarifado	4.437	6.177
	12.178	16.454

A movimentação das perdas estimadas para valor realizável dos estoques para "Produtos acabados" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 8 (R\$ 189 em 31 de dezembro de 2022) e R\$575 para "Almoxarifado" (zero em 31 de dezembro de 2022). Cujas contrapartida é lançada na rubrica de "Custo dos produtos vendidos", está demonstrada abaixo:

	2023	2022
Saldo Inicial	(189)	—
Adições	(584)	(189)
Baixas	190	—
Saldo final	(583)	(189)

6 Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar são apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	2023	2022
ICMS	762	412
PIS e COFINS ⁽¹⁾	586	10.171
Outros	—	6
	1.348	10.589
Desmembramento:		
Ativo circulante	1.307	10.457
Ativo não circulante	41	132
	1.348	10.589

⁽¹⁾ **PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição social para o Financiamento da Seguridade Social:** Refere-se a crédito não cumulativo incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos e a créditos provenientes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS. Tais créditos não expiram e poderão ser recuperados mediante a compensação com outros impostos de âmbito federal, ou ainda, através de ressarcimento em espécie.

7 Impostos de renda e contribuição social

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados sobre o lucro tributável do exercício e eventuais ajustes de anos anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é registrado com base na melhor estimativa levando-se em conta as incertezas relacionadas ao cálculo de tais tributos.

A alíquota efetiva é calculada com base na legislação fiscal vigente de cada exercício. A Companhia avalia periodicamente seu posicionamento frente às questões tributárias sujeitas a interpretações diversas e reconhece, quando necessário, provisão para eventual pagamento de imposto de renda e contribuição social.

Impostos diferidos

Nas demonstrações contábeis, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal se as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e a Companhia pretenda fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Na Companhia, os cálculos de impostos referem-se a incertezas fiscais conhecidas devido a julgamentos utilizados para calcular passivos fiscais na aplicação de regulamentos tributários complexos, que estão em constante evolução nas jurisdições fiscais onde a Companhia opera. Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia, quando aplicável.

Alterações em leis e alíquotas tributárias podem afetar os ativos e passivos fiscais diferidos registrados no futuro. A Administração não acredita que haja uma probabilidade razoável de que haverá uma alteração material nos saldos reconhecidos, porém, no encerramento do exercício fiscal, a apuração pode resultar em um pagamento que seja significativamente diferente da estimativa atual dos passivos fiscais ou uma mudança na alíquota efetiva nas demonstrações contábeis, devido à complexidade destas incertezas fiscais. Um acordo legal desfavorável à Companhia exigiria uma saída de caixa e poderia resultar em aumento na alíquota efetiva na apuração; um acordo legal favorável pode resultar em uma redução da alíquota efetiva na apuração.

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas e passivas sobre a base fiscal versus contábil. Os impostos diferidos não são reconhecidos quando oriundos de ajustes ativos e/ou passivos que não afetam as bases tributárias. Os impostos diferidos são determinados utilizando as alíquotas (e leis) efetivas ou substancialmente efetivas no encerramento do exercício corrente e espera-se que sejam aplicados quando o imposto diferido ativo seja realizado ou o imposto diferido passivo seja liquidado.

Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável do exercício.

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	8.712	210
	8.712	210

Notas Explicativas

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

a.1. Benefícios de imposto de renda e contribuição social não reconhecidos

O saldo atual dos benefícios relacionados aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados não reconhecidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 7.144 (R\$ 13.174 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente. Esses valores são oriundos da ausência de projeções futuras de lucro tributável suficientes para embasar seu registro.

a.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2022	Reconhecido no resultado	2023
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	981	4.859	5.840
Provisão para contingência	116	392	508
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	81	32	113
Tributos com exigibilidade suspensa	378	38	416
PLR - participação nos lucros e resultados	803	(140)	663
Reconhecimento de receita	42	(26)	16
Ajuste a valor presente	77	(40)	37
Arrendamentos - IFRS 16	11	2	13
Outros	900	401	1.301
Créditos decisões judiciais ⁽¹⁾	(3.179)	2.984	(195)
Total Líquido	210	8.502	8.712

	2021	Reconhecido no Resultado	2022
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	12.732	(11.751)	981
Provisão para contingência	199	(83)	116
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	176	(95)	81
Tributos com exigibilidade suspensa	343	35	378
PLR - Participação nos lucros e resultados	147	656	803
Faturamento não entregue	29	13	42
Ajuste a valor presente	14	63	77
Arrendamentos	25	(14)	11
Outros	647	253	900
Créditos decisões judiciais ⁽¹⁾	(6.234)	3.055	(3.179)
Total Líquido	8.078	(7.868)	210

⁽¹⁾ Impostos diferidos constituídos em virtude dos créditos provenientes da exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e COFINS.

a.3. Expectativa de realização do IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias serão realizados à medida que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais esses ativos fiscais diferidos poderão ser utilizados. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Companhia.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, a Companhia considera seu plano orçamentário e estratégico, considerando 12 anos, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Companhia acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados.

As principais estimativas utilizadas no cálculo são as seguintes:

Em percentual	2023	2022
Taxa de crescimento	4,1 %	3,2 %
Margem do EBITDA (média para 12 anos)	7,9 %	8,0 %

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita inclui vendas de produtos industrializados de embutidos de carne. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade e a utilização das instalações com base nas estimativas de inflação para o mercado interno.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico da Companhia e as tendências dos preços das matérias-primas primárias. Além disso, considerou-se como melhorias de eficiência, a integração de aquisições e otimização de recursos logísticos.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infraestrutura existente para operação contínua.

Notas Explicativas

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	2023	2022
Resultado contábil antes da tributação	11.780	7.954
Alíquota nominal	-34%	-34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.005)	(2.704)
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Subvenção para investimento - ICMS ⁽²⁾	3.677	3.761
Imposto diferido constituído ⁽³⁾	6.030	(11.074)
Incentivo fiscal PIS/COFINS	175	217
Multas s/ infrações e/ou parcelamentos fiscais	(8)	(3)
Outras diferenças permanentes	26	429
Receita de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	5.895	(9.374)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.607)	(1.506)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.502	(7.868)
	5.895	(9.374)
Alíquota efetiva	-50,04%	117,85 %

Informação adicional - Análise da variação da alíquota efetiva:

A Companhia entende que, devido a origem e não recorrência de determinados eventos, para fins de previsibilidade da alíquota efetiva podem ser desconsiderados eventuais efeitos dos impostos diferidos sobre a amortização de ágio; impostos diferidos não constituídos; imposto de renda e contribuição social sobre realização da reserva de reavaliação e subvenção para investimento de anos anteriores, se aplicável. Dessa forma, a alíquota efetiva ajustada expurgando os efeitos anteriormente mencionados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 seria de -1,1% (21,4% em 31 de dezembro de 2022).

⁽²⁾ A Companhia possui subvenções concedidas pelo governo estadual do Rio Grande do Sul, a título de crédito presumido, redução parcial e integral da base de cálculo de ICMS de determinados bens de sua cadeia produtiva. Os valores apropriados desses incentivos fiscais como receita no resultado, são excluídos na apuração dos tributos sobre o lucro, quando atendidos os requisitos previstos na legislação vigente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou o montante de subvenções governamentais no valor de R\$10.816 (R\$11.063 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$10.282 de crédito presumido (R\$11.063 em 31 de dezembro de 2022) e R\$534 de redução e isenção de ICMS (zero em 31 de dezembro de 2022) excluídas de sua base de apuração do Imposto de renda e da contribuição social.

A exclusão deste benefício fiscal da base de cálculo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido refletiu um ganho tributário no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de R\$3.496 referente ao crédito presumido (R\$3.761 em 31 de dezembro de 2022) e R\$181 de isenção e redução de base (zero em 31 de dezembro de 2022).

Em 12 de junho de 2023, foi publicado o acórdão do julgamento dos Recursos Especiais nº 1.945.110 e 1.987.158 (Tema Repetitivo 1182), em que se discute a exigência de IRPJ e CSLL sobre valores relacionados aos incentivos fiscais de ICMS, distintos daqueles concedidos na forma de créditos presumidos. O acórdão em referência consignou que não são devidos os tributos em questão, desde que observados os requisitos do artigo 30 da Lei nº 12.973/14, sendo certo que a Companhia registrou a reserva de lucros a que se refere o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. Em 31 de agosto de 2023, foi publicada a Medida Provisória nº 1185/23 que alterou o regime da subvenção de investimentos para fins fiscais e revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973/14, cuja conversão em Lei ocorreu em 29 de dezembro de 2023 através da Lei nº 14.789, cujos efeitos são observados para o ano de 2024.

⁽³⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu R\$6.030 de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social baseado na atualização da estimativa de realização destes créditos. Em 31 de dezembro 2022 foram constituídos R\$ 2.100 em virtude da exclusão da atualização SELIC sobre os créditos tributários e baixado o montante de R\$ 13.174 de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social considerando que os lucros tributáveis futuros não estariam disponíveis para compensação de tais perdas.

8 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos (clientes, fornecedores e adiantamentos), assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício (receitas, compras e serviços tomados) relativas a operações com as partes relacionadas, decorrem principalmente da compra de insumos e prestação de serviços de armazenagem e transbordo em condições específicas firmadas entre as partes que seguem as diretrizes da Política de Transações com Partes Relacionadas do Grupo JBS. O detalhamento dos saldos com partes relacionadas está apresentado a seguir:

	2023		2022	
	Cientes	Fornecedores / Adiantamento de clientes ⁽¹⁾	Cientes	Fornecedores / Adiantamento de clientes ⁽¹⁾
JBS Aves Ltda.	—	288	39	185
JBS S.A.	—	—	—	28
Seara Comércio Alimentos Ltda.	—	—	—	15
Seara Alimentos Ltda.	389	11.798	287	7.943
	389	12.086	326	8.171

⁽¹⁾ Adiantamento de clientes são totalizados na rubrica "Outros passivos circulantes".

Notas Explicativas

	2023		2022	
	Compras mercadorias / Serviços tomados	Receitas vendas / Serviços prestados	Compras mercadorias / Serviços tomados	Receitas vendas / Serviços prestados
JBS Aves Ltda.	1.065	23	1.609	74
JBS S.A.	2.435	—	2.390	—
Seara Comércio Alimentos Ltda.	555	—	216	—
Seara Alimentos Ltda.	88.662	657	56.832	6.289
	92.717	680	61.047	6.363

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. São remunerados os membros do Conselho Fiscal e um membro da Diretoria Estatutária da Companhia, e representam, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores de:

	2023		2022	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Benefícios de curto prazo	4	1.576	4	1.163
	4	1.576	4	1.163

A Companhia não concede benefícios de longo prazo, tais como: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iv) remuneração baseada em ações.

9 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo nas condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens utilizados na substituição ou manutenção de bens que não aumentam a vida útil do bem são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é imediatamente baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Não houve perdas de valor recuperável no exercício de reporte corrente.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e à obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Os ativos imobilizados são apresentados a seguir:

	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2023	2022
Imóveis	5 a 40 anos	44.660	(5.447)	39.213	40.122
Terrenos	-	7	—	7	7
Máquinas e equipamentos	3 a 30 anos	52.090	(23.286)	28.804	31.002
Instalações	10 anos	16.421	(3.458)	12.963	13.763
Equipamentos de informática	3 a 5 anos	1.600	(1.267)	333	447
Veículos	5 a 20 anos	30	(29)	1	1
Obras em andamento	-	3.596	—	3.596	405
Móveis e utensílios	2 a 25 anos	1.607	(574)	1.033	1.098
		120.011	(34.061)	85.950	86.845

A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023, obtendo entendimento sobre a adequação das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou evidências de alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

As movimentações dos ativos imobilizados são apresentadas a seguir:

	2022	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2023
Imóveis	40.122	—	—	(909)	39.213
Terrenos	7	—	—	—	7
Máquinas e equipamentos	31.002	160	(178)	(2.180)	28.804
Instalações	13.763	42	—	(842)	12.963
Equipamentos de informática	447	112	(2)	(224)	333
Veículos	1	—	—	—	1
Obras em andamento	405	3.191	—	—	3.596
Móveis e utensílios	1.098	54	(1)	(118)	1.033
	86.845	3.559	(181)	(4.273)	85.950

	2021	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2022
Imóveis	14.765	25.862	(12)	(493)	40.122
Terrenos	7	—	—	—	7
Máquinas e equipamentos	30.354	2.693	(1)	(2.044)	31.002
Instalações	11.108	3.204	(2)	(547)	13.763
Equipamentos de informática	386	288	—	(227)	447
Veículos	13	—	(12)	—	1
Obras em andamento ⁽¹⁾	28.336	(27.931)	—	—	405
Móveis e utensílios	881	327	—	(110)	1.098
	85.850	4.443	(27)	(3.421)	86.845

(1) O saldo de obras em andamento representa os investimentos para ampliação, modernização e adequação da matriz, visando a maior produtividade e a segurança no processo produtivo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve a conclusão total de tais obras. Quando a obra é concluída e a operação destes ativos é iniciada, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir deste momento a depreciação dos bens.

10 Arrendamentos

Os contratos identificados pela Companhia referem-se substancialmente aos arrendamentos de edificações, máquinas e equipamentos e veículos.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa média dos empréstimos.

Na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A natureza das despesas relacionadas ao direito de uso de arrendamento mercantil está registrada como custo de depreciação. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses e/ou valores não relevantes.

10.1 Direito de uso de arrendamento

As movimentações dos direitos de uso de arrendamento são apresentadas a seguir:

	Vida útil dos ativos	Direito de uso	Amortização acumulada	Líquido	
				2023	2022
Imóveis	1 ano	3.950	(3.306)	644	605
Máquinas e equipamentos	1 a 3 anos	1.332	(556)	776	103
Veículos	1 a 2 anos	1.407	(465)	942	182
		6.689	(4.327)	2.362	890

Notas Explicativas

	2022	Adição de contratos	Contratos encerrados	PIS/COFINS	Depreciação	2023
Imóveis	605	876	—	(80)	(757)	644
Máquinas e equipamentos	103	1.201	(197)	(34)	(297)	776
Veículos	182	1.404	(163)	(49)	(432)	942
	890	3.481	(360)	(163)	(1.486)	2.362

	2021	Adição de contratos	Contratos encerrados	PIS/COFINS	Depreciação	2022
Imóveis	586	1.317	—	(126)	(1.172)	605
Máquinas e equipamentos	521	120	(177)	(34)	(327)	103
Veículos	380	247	(308)	(12)	(125)	182
	1.487	1.684	(485)	(172)	(1.624)	890

10.2 Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são apresentados a seguir:

	2023	2022
Arrendamentos a pagar	2.523	956
Ajuste ao valor presente	(123)	(35)
	2.400	921
Desmembramento:		
Passivo circulante	1.430	817
Passivo não circulante	970	104
	2.400	921

As movimentações de arrendamentos a pagar são apresentadas a seguir:

	2022	Adição de contratos	Juros apropriados	Pagamentos	Contratos encerrados	2023
Arrendamentos a pagar	956	3.723	—	(1.747)	(409)	2.523
Ajuste ao valor presente	(35)	(242)	132	—	22	(123)
	921	3.481	132	(1.747)	(387)	2.400

	2021	Adição de contratos	Juros apropriados	Pagamentos	Contratos encerrados	2022
Arrendamentos a pagar	1.630	1.747	—	(1.857)	(564)	956
Ajuste ao valor presente	(70)	(63)	68	—	30	(35)
	1.560	1.684	68	(1.857)	(534)	921

As taxas de desconto anuais vigentes e utilizadas para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamentos dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação dos juros financeiros, em 31 de dezembro de 2023, estão entre 5,01% a 7,67% (6,75% a 7,67% em 31 de dezembro de 2022) em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

Os valores reconhecidos no resultado como despesas de arrendamento estão demonstrados abaixo:

	2023
Arrendamentos de curto prazo	316
Arrendamentos de valor não material	73
	389

Notas Explicativas

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo da provisão com arrendamento segue abaixo:

Vencimento	2023	2022
2024	—	100
2025	860	8
2026	146	—
Ajuste a valor presente	(36)	(4)
	970	104

11 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estão segregados pelos principais tipos de fornecedores conforme demonstrados abaixo:

	2023	2022
Materiais e serviços	30.905	28.799
Ajuste a valor presente - AVP	(297)	(337)
	30.608	28.462
Fornecedores risco sacado ⁽¹⁾	732	1.634
	31.340	30.096

⁽¹⁾ A Companhia realiza operações de risco sacado com instituições financeiras de primeira linha junto a fornecedores no mercado interno. Cabe enfatizar que operacionalmente e comercialmente, não houve alteração no processo e que a referida transação de risco sacado não gera alteração nos preços e prazos praticados pelos fornecedores, mantendo-se a mesma composição de preços e prazos praticados previamente à operação de risco sacado por esses mesmos fornecedores. Adicionalmente, essa operação não trouxe qualquer outro ônus para a Companhia e todos os custos financeiros da operação ficam sob responsabilidade dos fornecedores.

12 Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são demonstrados abaixo:

Modalidade	Taxa média anual	Moeda	Juros	Vencimento	Circulante		Não Circulante	
					Líquido			
					2023	2022	2023	2022
					2023	2022	2023	2022
Em moeda nacional								
Cédula do Produto Rural - CPR	13,77%	BRL	CDI + 1,90% a.a.	2024	5.847	4.176	—	5.833
					5.847	4.176	—	5.833

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	2023	2022
2024	—	5.833
	—	5.833

12.1 Garantias e restrições contratuais ("covenants"):

Em 31 de dezembro de 2023 existiam *covenants* que poderiam restringir a Companhia, dentre outras coisas, a:

- alterar o controle acionário direto;
- consolidar ou celebrar fusão, incorporação ou cisão;
- alterar materialmente a natureza de seus negócios e operações;
- ser objeto de protesto de títulos, sofrer arresto de bens ou qualquer medida judicial ou extrajudicial que tenham comprovadamente impacto material adverso.

A Companhia e sua avalista JBS S.A. monitoram todas as obrigações contratuais financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, não foram identificados descumprimentos.

Notas Explicativas

12.2 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento

	Passivos		
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Dividendos
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(10.009)	(921)	(6.049)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	4.167	—	—
Pagamentos de arrendamentos	—	1.747	—
Pagamentos de dividendos	—	—	5.986
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	4.167	1.747	5.986
Outras variações:			
Despesas com juros	(1.334)	(132)	—
Juros pagos	1.329	—	—
Dividendos declarados	—	—	(4.064)
Transações não caixa	—	(3.481)	—
Outras movimentações	—	387	—
Total das outras variações relacionadas com passivos	(5)	(3.226)	(4.064)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(5.847)	(2.400)	(4.127)

	Passivos		
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Dividendos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	—	(1.560)	(2.102)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:			
Empréstimos e financiamentos captados	(20.000)	—	—
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	10.000	—	—
Pagamentos de arrendamentos	—	1.857	—
Pagamentos de dividendos	—	—	2.055
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(10.000)	1.857	2.055
Outras variações:			
Despesas com juros	(1.286)	(68)	—
Juros pagos	1.277	—	—
Dividendos declarados	—	—	(6.002)
Transações não caixa	—	(1.684)	—
Outras movimentações	—	534	—
Total das outras variações relacionadas com passivos	(9)	(1.218)	(6.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(10.009)	(921)	(6.049)

Notas Explicativas

13 Imposto de renda e contribuição social a pagar e obrigações fiscais

Obrigações fiscais e imposto de renda e contribuição social a pagar são compostos conforme abaixo:

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	5	4
ICMS a recolher	958	168
PIS e COFINS a recolher	1.685	627
Parcelamentos fiscais ⁽¹⁾	549	1.143
INSS a recolher	202	166
Outros	8	7
Subtotal	3.407	2.115
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	657	152
Total	4.064	2.267
Desmembramento:		
Passivo circulante	4.064	1.721
Passivo não circulante	—	546
	4.064	2.267

⁽¹⁾ Parcelamentos Fiscais (REFIS IV) - Em 2009, a Companhia decidiu aderir ao programa de parcelamento de débitos tributários instituído pela Lei 11.941/2009. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$549 no circulante é devido em 10 parcelas mensais, com juros baseados na taxa SELIC.

14 Obrigações trabalhistas e sociais

Obrigações trabalhistas e sociais são compostas conforme abaixo:

	2023	2022
Salários e encargos sociais	3.835	4.109
Férias e encargos a pagar	2.667	2.469
IRRF sobre folha de pagamento	325	297
Outros	1.225	1.111
	8.052	7.986
Desmembramento:		
Passivo circulante	6.827	6.875
Passivo não circulante	1.225	1.111
	8.052	7.986

15 Dividendos declarados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia pagou R\$ 5.986 e R\$2.055, respectivamente, de dividendos aos acionistas.

Tendo em vista um importante precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial nº 1.517.492 – PR, possibilitando que não seja realizada a reserva de lucros relativa à parcela de subvenção proveniente dos créditos presumidos de ICMS, a Companhia realizou a reversão integral do saldo da reserva de subvenção, com as consequentes destinações: (i) pagamento de dividendos e (ii) constituição de reserva estatutária. No que se refere à reversão de parte do saldo da reserva de subvenção para o pagamento de dividendos, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia declarou R\$ 6.002 equivalente a 25% do saldo total da reserva de subvenção, dos quais R\$ 3.129 correspondem ao montante total destinado aos acionistas titulares de ações ordinárias (R\$ 1,09939 por ação ordinária) e R\$ 2.873 o montante total destinado aos acionistas titulares de ações preferenciais (R\$ 1,20933 por ação preferencial).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia declarou R\$ 4.064 correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nos termos dos artigos 189, 190, 191 e ajustado nos termos dos incisos I, II e III do artigo 202, da Lei nº 6.404/76, dos quais R\$ 2.119 correspondem ao montante total destinado aos acionistas titulares de ações ordinárias (R\$ 0,74444 por ação ordinária) e R\$ 1.945 o montante total destinado aos acionistas titulares de ações preferenciais (R\$ 0,81889 por ação preferencial).

Desta forma, dividendos declarados são apresentados a seguir:

	2023	2022
Dividendos declarados	4.127	6.049

Notas Explicativas

16 Provisão para riscos processuais

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Companhia utilize estimativas e premissas referentes às contingências, que afetam o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no exercício de reporte corrente. Em particular, as incertezas de natureza fiscal provenientes da legislação brasileira, requerem que a Companhia utilize certos julgamentos para a determinação de passivos fiscais e o resultado, quando da efetiva realização, pode divergir destas estimativas.

A Companhia está sujeita a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal e previdenciária. A Companhia precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nenhuma provisão é registrada se o passivo é avaliado como possível, mas, não provável. Perdas avaliadas como possíveis, são demonstradas em notas explicativas. Caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada ou divulgada, visto que a divulgação neste caso, não é requerida.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, os quais são registrados com base em seus custos iniciais determinados pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Trabalhistas	1.265	198
Cíveis	15	14
Fiscais e previdenciários	215	128
Total	1.495	340

As movimentações da provisão para riscos processuais são apresentadas a seguir:

	2022	Adições, baixas e mudanças de estimativas	Pagamentos	Atualização monetária	2023
Trabalhistas	198	2.389	(1.442)	120	1.265
Cíveis	14	3	(3)	1	15
Fiscais e previdenciários	128	70	(1)	18	215
Total	340	2.462	(1.446)	139	1.495

	2021	Adições, baixas e mudanças de estimativas	Pagamentos	Atualização monetária	2022
Trabalhistas	569	787	(1.165)	7	198
Cíveis	12	15	(15)	2	14
Fiscais e previdenciários	—	128	—	—	128
Total	581	930	(1.180)	9	340

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia era parte em 58 (77 em 31 de dezembro de 2022) ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$7.744 (R\$9.158 em 31 de dezembro de 2022). Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade. A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$3.954 (R\$7.067 em 31 de dezembro de 2022).

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia era parte em 12 (11 em 31 de dezembro de 2022) ações de natureza cível, envolvendo o valor total em discussão de R\$3.551 (R\$3.130 em 31 de dezembro de 2022). Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de cobrança de responsabilidade contratual. A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$3.349 (R\$2.962 em 31 de dezembro de 2022).

Processos fiscais e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia era parte em 4 (4 em 31 de dezembro de 2022) ação de natureza fiscal e previdenciária envolvendo o valor total em discussão de R\$1.753 (R\$1.525 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$1.539 (R\$1.397 em 31 de dezembro de 2022).

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$224 (R\$112 em 31 de dezembro de 2022).

17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 está representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 ações ordinárias (ON) e 2.375.293 ações preferenciais (PN).

Notas Explicativas

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais estabelecem direito a um dividendo 10% superior ao dividendo devido à detentores de ações ordinárias.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

Subvenção

Subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais, a título de Isenções e/ou Reduções de Base de Cálculo de ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nos estados em que a Companhia opera. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos nos referidos estados, tendo como principais compromissos o desenvolvimento industrial por meio de investimentos, revitalização, modernização das unidades existentes ou criação de plantas industriais e geração de emprego e renda.

Estatutária

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais e/ou reforçar o capital de giro da Companhia, bem como de subsidiar novos investimentos.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Anualmente, como dividendo mínimo obrigatório, será partilhado entre os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais, a quantia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nos termos dos artigos 189, 190, 191 e ajustado nos termos dos incisos I, II e III do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

18 Receita líquida

A grande maioria das receitas da Companhia provém de contratos que se baseiam na ordem de um cliente pelos nossos produtos. As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, o preço da transação é mensurável de forma precisa e quando o controle sobre os bens vendidos é transferido para o cliente. A Companhia contabiliza um contrato, que pode ser verbal ou escrito, quando é aprovado e firmado por ambas as partes, os direitos das partes são identificados juntamente com as condições de pagamento, o contrato tem substância comercial e a exigibilidade é provável. Embora possa haver contratos gerais, o contrato só é estabelecido quando a ordem do cliente é aceita pela Companhia.

A Companhia avalia a transação para obrigações de desempenho distintas, que são as vendas dos seus produtos aos clientes. Cada obrigação de desempenho é reconhecida com base em um padrão de reconhecimento que reflete a transferência de controle para o cliente num determinado momento (localização do cliente), o que representa fielmente a transferência de controle e reconhecimento de receitas. Existem casos de retirada do cliente nas instalações da Companhia, caso em que o controle é transferido para o cliente nesse momento e a Companhia reconhece as receitas. As obrigações de desempenho da Companhia são normalmente cumpridas dentro de dias ou semanas após a aceitação da ordem.

A mensuração do preço da transação pode ser afetada por uma contraprestação variável, isto é, descontos, abatimentos, incentivos e o direito do cliente a devolver os produtos. Parte ou a totalidade do montante estimado da contraprestação variável é incluído no preço de transação, mas apenas na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no montante da receita acumulada reconhecida não ocorrerá quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Isto ocorre normalmente no ponto de expedição ou na entrega dos produtos, variando de cliente para cliente, de acordo com as condições de venda. No entanto, devido à natureza do nosso negócio, há uma contraprestação variável mínima.

Alocação do preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada no contrato com base no preço de venda individual, incluem a estimativa dos preços de venda individuais incluindo descontos e contraprestação variável.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, conforme apresentado a seguir:

	2023	2022
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos e mercadorias	287.649	251.154
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(16.470)	(13.581)
Impostos sobre as vendas	(48.799)	(45.536)
	(65.269)	(59.117)
RECEITA LÍQUIDA	222.380	192.037

19 Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente: (i) juros sobre empréstimos; (ii) juros de aplicações financeiras, registrados no resultado do exercício e provisionados de acordo com o método de juros efetivos; e (iii) ganhos e perdas associadas às operações denominadas em moeda estrangeira.

Apresenta-se a seguir o detalhamento das principais despesas e receitas financeiras:

Notas Explicativas

	2023	2022
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(3)	9
Juros Passivos ⁽¹⁾	(5.098)	(4.574)
Juros Ativos ⁽²⁾	5.554	4.623
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(95)	(97)
	358	(39)
Receita financeira	5.554	4.623
Despesa financeira	(5.196)	(4.662)
	358	(39)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2023, os Juros Passivos relacionam-se principalmente ao ajuste a valor presente de fornecedores e fornecedores risco sacado no montante de R\$ 3.248 (R\$ 2.905 em 31 de dezembro de 2022) e as despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.133 (R\$ 1.286 em 31 de dezembro de 2022).

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, os Juros Ativos relacionam-se principalmente ao ajuste a valor presente de clientes no montante de R\$ 3.575 (R\$ 3.225 em 31 de dezembro de 2022).

20 Lucro (prejuízo) por ação

Lucro (prejuízo) básico e diluído:

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) aos montantes utilizados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	17.675	(1.420)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	2.847	2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária (ON) - R\$	3,2375	(0,2601)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial (PN) - R\$	3,5612	(0,2861)

21 Custos e despesas por natureza

Apresenta-se a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza e sua respectiva classificação por função:

Custo dos produtos vendidos	2023	2022
Custos de estoques, matéria prima e insumos	(146.141)	(126.480)
Salários e benefícios	(21.242)	(19.612)
Depreciação e amortização	(3.527)	(3.129)
	(170.910)	(149.221)
Despesas administrativas e gerais	2023	2022
Salários e benefícios	(2.042)	(2.447)
Honorários, serviços e despesas gerais	(1.504)	(1.126)
Depreciação e amortização	(9)	(14)
	(3.555)	(3.587)
Despesas com vendas	2023	2022
Salários e benefícios	(9.744)	(9.974)
Comissões	(3.945)	(3.779)
Fretes e outros	(18.834)	(14.477)
Propaganda e marketing	(1.545)	(870)
Perdas por redução ao valor recuperável de clientes ⁽¹⁾	(157)	(404)
Depreciação e amortização	(2.228)	(1.909)
	(36.453)	(31.413)

⁽¹⁾ Refere-se às adições, baixas e perdas efetivas de contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

22 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*. Para cada uma dessas unidades, a Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho e pela tomada de decisões estratégicas, analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes segmentos reportáveis: processados resfriados e congelados.

O segmento de resfriados é representado pelos produtos: apresuntado, presunto, queijo, fatiados cozidos, linguiça defumada, linha *light*, mortadela, pão de alho, patês e salsichas. O segmento de congelados é representado pelos produtos: hambúrguer, linguiça frescal, linha festa, petiscos, pizzas, pratos prontos, sanduíches e vegetais.

A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro operacional.

A Administração da Companhia definiu os seguintes segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas:

Receitas líquidas	
2023	2022
Processados resfriados	176.809157.528
Processados congelados	45.57134.509
	222.380192.037
Lucro operacional	
2023	2022
Processados resfriados	9.4476.557
Processados congelados	1.9751.436
	11.4227.993
Total de ativos	
2023	2022
Processados resfriados	131.994124.662
Processados congelados	34.02027.309
	166.014151.971
Receitas e despesas financeiras líquidas	
2023	2022
Processados resfriados	285(32)
Processados congelados	73(7)
	358(39)

A Companhia também apresenta o total de ativos e as receitas líquidas por área geográfica. As aberturas de receitas líquidas estão sendo apresentadas conforme região para a qual a mercadoria é vendida demonstrando assim, os mercados onde os produtos são comercializados.

Receitas líquidas apresentadas por área geográfica	
2023	2022
Rio Grande do Sul	180.326158.725
Santa Catarina	28.69123.614
Paraná	9.3756.269
Outros	3.9883.429
	222.380192.037
Total de ativos por área geográfica	
2023	2022
Rio Grande do Sul	134.619125.609
Santa Catarina	21.41918.687
Paraná	6.9994.961
Outros	2.9772.714
	166.014151.971

Notas Explicativas

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia reconhece os ativos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, exceto para contas a receber de clientes que são mensuradas ao preço da transação e subsequentemente classificadas pelo custo amortizado.

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos e passivos financeiros e do modelo de negócio da Companhia para a sua gestão:

i. **Custo amortizado:** representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia consiste em manter ativos e passivos financeiros com a finalidade de receber os fluxos de caixa contratuais, que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros a custo amortizado são subsequentemente medidos utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a *impairment*. Os ganhos e perdas são reconhecidos quando o ativo é amortizado, modificado ou tem uma redução no seu valor recuperável. Nesta categoria, a Companhia classifica caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e fornecedores risco sacado e empréstimos e financiamentos.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos contratuais e desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos no balanço quando existe um direito legal de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de os liquidar numa base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve depender de eventos futuros e deve ser aplicável no decurso normal dos negócios e em caso de *default*, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece provisões de perdas por redução ao valor recuperável de clientes sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito ou para outros títulos de dívida para os quais o risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, casos em que são mensuradas as perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro mudou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e na avaliação de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo:

	Notas	2023	2022
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	3	18.142	—
Custo amortizado			
Caixa e bancos	3	10.086	13.544
Contas a receber de clientes	4	25.932	22.723
Total		54.160	36.267
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	11	30.608	28.462
Fornecedores risco sacado	11	732	1.634
Empréstimos e financiamentos	12	5.847	10.009
Dividendos declarados	15	4.127	6.049
Total		41.314	46.154

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, sejam diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- Nível 3 - os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo.

A Companhia reconhece as transferências entre os níveis de hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os níveis na hierarquia do valor justo. Nos casos em que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, foi considerado o valor contábil.

Notas Explicativas

			2023		2022	
	Notas	Hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados e não mensurados a valor justo						
Caixa e bancos	3		10.086	10.086	13.544	13.544
Aplicações financeiras	3	Nível 2	18.142	18.142	—	—
Contas a receber de clientes	4		25.932	25.932	22.723	22.723
Ativos financeiros totais			54.160	54.160	36.267	36.267
Passivos financeiros não mensurados a valor justo						
Fornecedores	11		(30.608)	(30.608)	(28.462)	(28.462)
Fornecedores risco sacado	11		(732)	(732)	(1.634)	(1.634)
Empréstimos e financiamentos	12	Nível 2	(5.847)	(6.088)	(10.009)	(11.323)
Dividendos declarados	15		(4.127)	(4.127)	(6.049)	(6.049)
Passivos financeiros totais			(41.314)	(41.555)	(46.154)	(47.468)
			12.846	12.605	(9.887)	(11.201)

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, de crédito, liquidez e riscos ligados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade. Tais exposições são controladas seguindo as diretrizes traçadas pela Administração.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência a tais limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Companhia monitora os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas suas diversas áreas e também propõe estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação da Administração, que supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A seguir são apresentados os riscos e operações que a Companhia está exposta. Adicionalmente, também é apresentada uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco, que consiste na apresentação dos efeitos no resultado financeiro, de possíveis alterações (25% a 50%) nas variáveis relevantes de cada risco. Para o cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia.

a) Risco de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita a risco de crédito relacionado ao contas a receber de clientes e ao caixa e equivalentes de caixa. No caso do contas a receber, a diversificação da carteira contribui significativamente para a redução do risco de crédito, contudo a Companhia estabelece parâmetros para a concessão de crédito observando as medidas financeiras e operacionais, apoiada por consulta a agências de monitoramento de crédito. O *impairment* destes ativos financeiros é realizado com base em análises de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis e, em alguns casos, referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falham no cumprimento do limite de crédito estabelecido, irão operar somente em base de pagamentos antecipados.

A Companhia estabelece uma provisão para perdas por redução ao valor recuperável de clientes, que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	2023	2022
Ativos			
Caixa e bancos	3	10.086	13.544
Aplicações financeiras	3	18.142	—
Contas a receber de clientes	4	25.932	22.723
		54.160	36.267

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia poderá incorrer para cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia administra seu capital, tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos em suas operações. A administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez seca, representado pelo nível de disponibilidades dividido pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia, representado pelo nível de disponibilidades menos a dívida total dividida

Notas Explicativas

pelo Ebitda ajustado dos últimos doze meses. Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	28.228	13.544
Empréstimos e financiamentos no CP	5.847	4.176
Indicador de liquidez seca	4,83	3,24
Indicador de alavancagem (x)	-1,1 x	-0,3 x

O quadro abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Nota	2023			Total
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	
Fornecedores	11	30.608	—	—	30.608
Fornecedores risco sacado	11	732	—	—	732
Empréstimos e financiamentos	12	5.847	—	—	5.847
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾		217	—	—	217
Dividendos declarados	15	4.127	—	—	4.127
Arrendamentos a pagar	10.2	1.517	860	146	2.523
Valor Justo		43.048	860	146	44.054

	Nota	2022			Total
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	
Fornecedores	11	28.462	—	—	28.462
Fornecedores risco sacado	11	1.634	—	—	1.634
Empréstimos e financiamentos	12	4.176	5.833	—	10.009
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾		1.328	247	—	1.575
Dividendos declarados	15	6.049	—	—	6.049
Arrendamentos a pagar	10.2	100	8	—	108
Valor Justo		41.749	6.088	—	47.837

⁽¹⁾ Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

c.1) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco associado a variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição a variações cambiais de moedas estrangeiras.

c.2) Risco de Taxa de juros

O risco da Companhia decorre das aplicações financeiras e das operações de empréstimos e financiamentos atreladas ao CDI. O valor contábil dos ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI:	Notas	2023	2022
Aplicações financeiras	3	18.142	—
Empréstimos e financiamentos	12	(5.847)	(10.009)
		12.295	(10.009)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos dos juros (CDI). Os cenários consideram variações de 25% e de 50% respectivamente do CDI.

Exposição	Risco	Cenário atual ⁽¹⁾	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Taxa	Efeito no Resultado	Taxa	Efeito no Resultado	Taxa	Efeito no Resultado
CDI	Queda	11,6500 %	11,6024 %	(6)	8,7375 %	(358)	5,8250 %	(716)

⁽¹⁾ Refere-se à taxa CDI de 31 de dezembro de 2023, divulgada pela B3.

Notas Explicativas

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais; e
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

e) Gestão de capital

A política da Administração é assegurar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os retornos possíveis e os níveis adequados de alavancagem. Neste contexto, monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida (total do passivo após dedução do caixa e equivalentes de caixa) dividida pelo patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	2023	2022
Total do Passivo Circulante e não Circulante	60.995	60.563
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(28.228)	(13.544)
(=) Dívida Líquida (A)	32.767	47.019
 Total do Patrimônio Líquido (B)	 105.019	 91.408
 Índice de alavancagem (A) / (B)	 0,312	 0,514

f) Garantias prestadas e garantias recebidas

A Companhia não possui garantias prestadas consideradas relevantes e possui aval de seus empréstimos e financiamentos concedido pelo controlador final JBS S.A.

g) Riscos ligados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Nas operações da Companhia, existem exposições inerentes aos riscos relacionados às mudanças climáticas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração considerou os dados e premissas destacados abaixo como principais riscos:

Mudanças estruturais e seus impactos nos negócios, tais como: (i) aspectos regulatórios e legais: regulamentação e legislação decorrente de autoridades brasileiras e/ou internacionais que incentivam a transição para uma economia de baixa emissão de carbono e/ou com maior biodiversidade e que aumentam o risco de processos legais e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, ainda que indireta, para a intensificação das mudanças climáticas; (ii) aspectos reputacionais: relacionado às percepções dos clientes e da sociedade em geral sobre a contribuição positiva ou negativa da Companhia para uma economia de baixa emissão de carbono.

24 Aprovação das demonstrações contábeis

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor Presidente

Guilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com Investidores

Flavio Gomes Malnarcic
Diretor Administrativo e Financeiro

Angela Midori Shimotsu do Nascimento
Contador CRC - 1SP-227742/O-7

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gilberto Tomazoni
Presidente do Conselho

Joanita Maria Maestri Karoleski
Conselheiro

Flavio Gomes Malnarcic
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia acompanhadas do relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes Ltda., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia nesta data.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos durante o decorrer do exercício e considerando o relatório de auditoria do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as demonstrações contábeis acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul - RS, 25 de março de 2024.

Adrian Lima da Hora
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

Isabel Paiva e Sousa Oliveira
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes Ltda., sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Santa Cruz do Sul - RS, 25 de março de 2024.

Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor Presidente

Guilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com Investidores

Flavio Gomes Malnarcic
Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Excelsior Alimentos S.A.
Santa Cruz do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Excelsior Alimentos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Excelsior Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Avaliação da expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo
Veja as Notas explicativas nº 2.1a e 8 das demonstrações contábeis

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu nas suas demonstrações contábeis valores relacionados a créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social.

Os ativos relacionados aos referidos créditos tributários devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser compensados.

As estimativas de lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em estudo técnico preparado pela Administração da Companhia e envolve julgamento na determinação de certas premissas que são afetadas por estratégias corporativas e pelo cenário macroeconômico, tais como volume de venda e taxa de rentabilidade dos negócios.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas na determinação das premissas de volume de venda e taxa de rentabilidade dos negócios utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis, e ao impacto que eventual alteração dessas premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas:

(i) se o estudo técnico preparado pela Administração da Companhia verificando suas consistência com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;

(ii) se as premissas utilizadas, referentes a volume de venda e taxa de rentabilidade dos negócios, no estudo técnico são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e

(iii) se os cálculos matemáticos estão adequados;

– Avaliação sobre a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos ativos incluídas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis a avaliação da expectativa de realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser

comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia acompanhadas do relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia nesta data. Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos durante o decorrer do exercício e considerando o relatório de auditoria do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as demonstrações contábeis acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul - RS, 25 de março de 2024.

Adrian Lima da Hora
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

Isabel Paiva e Sousa Oliveira
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor Presidente

Eu, Luiz Carlos Motta Nunes, declaro que: Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Excelsior Alimentos S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

Santa Cruz do Sul - RS, 25 de março de 2024.

Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor Presidente

Declaração do Diretor Administrativo e Financeiro

Eu, Flavio Gomes Malnarcic, declaro que: Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Excelsior Alimentos S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

Santa Cruz do Sul - RS, 25 de março de 2024.

Flavio Gomes Malnarcic
Diretor Administrativo e Financeiro

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Guilherme Perboyre Cavalcanti, declaro que: Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Excelsior Alimentos S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

Santa Cruz do Sul - RS, 25 de março de 2024.

Guilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Santa Cruz do Sul - RS, 25 de março de 2024.

Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor Presidente

Guilherme Perboyre Cavalcante
Diretor de Relações com Investidores

Flavio Gomes Malnarcic
Diretor Administrativo e Financeiro